

INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia busca refletir sobre o Pedagogo Social e suas possibilidades de atuação transformadora. Tal interesse iniciou-se quando no ano de 2009, fiz parte do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), como bolsista de extensão. O grupo de pesquisa investigava, na época, como havia sido o trabalho do médico Drº Moncorvo Filho e como se desenvolveu essa rede de proteção à infância pelo país entre o final do século XIX e XX. Através dessas investigações que fazia na pesquisa, me senti desejosa de conhecer instituições atuais que fizessem este trabalho filantrópico também. Procurei saber se possuíam pedagogos e como era feito seu trabalho nestas instituições.

Por isso, conversei com a presidente de uma Instituição filantrópica sobre o meu desejo de ser voluntária e pesquisar para a minha monografia, pois gostaria de saber como era realizado o trabalho do Pedagogo Social que nela estava inserido. Trabalhei nesta instituição como educadora social voluntária, no período de julho de 2009 a agosto de 2010, com carga horária de quatro horas semanais. Um ano após minhas observações nesta instituição, conheci a instituição Y¹, quando fui fazer um trabalho em grupo da Faculdade de Formação de Professores. Percebi que esta outra instituição estava dentro dos padrões da minha pesquisa, e, se assemelhava ao trabalho da anterior, atendia crianças vítimas da violência. Apresentei-me da mesma forma anterior, e por dez meses fui educadora social voluntária nesta Instituição Y, que possui duas instituições, uma em Niterói e outra em São Gonçalo, na qual trabalhava por quatro horas quinzenais. A instituição Y se diferencia da instituição X por suas crianças serem institucionalizadas, as mesmas estão abrigadas por determinação da justiça por sofrerem maus-tratos. Quanto aos documentos pertinentes à admissão de pedagogos nas instituições ou suas devidas funções cabíveis nas instituições que pesquisei, não me foram concedidos, alegando que, são pertencentes a projetos da instituição. Não tive, então, permissão para publicá-los.

¹ Chamarei as duas Instituições que trabalhei e pesquisei de “X” e “Y”, a fim de preservar o direito de anonimato na investigação.

Porém, até este primeiro momento, só conhecia a prática do trabalho do Pedagogo Social e nenhuma teoria. Anotava em meu diário de bordo os acontecimentos que me chamavam atenção, por isso, elaborei algumas perguntas como: Como é realizado o trabalho do Pedagogo Social? Como é o olhar dos outros especialistas dentro da instituição sobre este profissional da educação? Como o Pedagogo Social pode trabalhar com uma criança depois de ter detectado maus-tratos na mesma? Como devem ser as intervenções do Pedagogo Social após constatar tal violência? Existe orientação para o trabalho do Pedagogo Social dentro das instituições? O trabalho do Pedagogo Social é realizado em conjunto com outros especialistas? Quais são os teóricos que trabalham e investigam esta área do conhecimento? A esta última pergunta, obtive algumas respostas quando participei do IX ENNOEPE - Encontro Norte e Nordeste dos Estudantes de Pedagogia, no estado da Bahia, que foi realizado de 17 a 22 de janeiro de 2011, cuja temática era: “Pedagogia Social: Educação, Sociedade e Cultura”. Voltei deste encontro com mais entusiasmo e respaldo bibliográfico para a escrita do meu trabalho.

Nesta monografia, também procuro fazer uma articulação entre a minha pesquisa sobre o Pedagogo Social com o trabalho que desenvolvi como bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPQ), que tinha como temática a subjetividade e trans/formação do adulto no ambiente educativo; e tem como principal base teórica a psicologia analítica, cujo precursor foi Carl Gustav Jung (1875-1961). Este autor entende que o ser humano está em processo de individuação constante e possui quatro funções da consciência: sensação, intuição, pensamento e sentimento. Dessa forma, compreendo também que o Pedagogo Social deveria se perceber como um ser humano em constante processo de crescimento psíquico pode contribuir para o desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes que trabalha. Além disso, chamo a atenção que a função que o professor e/ou Pedagogo Social mais valoriza na escola e nas instituições é o pensamento; neste estudo procuro analisar que o pedagogo e as crianças precisam estar mais atentos para as demais funções, pois, para compreendermos o outro e contribuirmos para o desenvolvimento dos mesmos, devemos estar mais inteiros, atuando com os sentimentos, o corpo e a intuição. Principalmente porque estamos vivenciando momentos críticos de violência na sociedade que estão refletindo em sala de aula e no cotidiano das instituições pesquisadas. Por isso, investiguei como o professor ou Pedagogo Social pode trabalhar com crianças vitimizadas, a partir de alguns conceitos da psicologia analítica.

Por exemplo, em relação ao professor, Jung faz uma analogia do professor com o médico que cura (Saiani, 2003, p.111). Neste estudo, procuramos mostrar a importância do Pedagogo Social “alcançar” a criança que está “ausente”, apática, triste, através de mecanismos que utilizava nas instituições que pesquisei, como a arte e a contação de histórias; que são estímulos para fazer no imaginário infantil o “bem” vencer o “mal”. A empatia e a afetividade do Pedagogo Social também foram e são muito importantes para desenvolver a auto-estima de quem sofreu violência. Além disso, é necessário que haja compreensão da necessidade que o outro tem naquele momento de falar, por isso, trabalhamos com Morin (2000.p.99), pois segundo o autor: “A ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado”, e, principalmente, sem medo.

Para tanto, este trabalho foi desenvolvido a partir de algumas questões norteadoras: 1) Como é realizado o trabalho do Pedagogo Social?; 2) Como devem ser as intervenções do Pedagogo Social com crianças, após ter sido detectado maus tratos na mesma?

Minayo (1993, p.16) aborda que: “O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estereis”. Nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador. Seguindo esta linha de pensamento, me deparei com as palavras do autor Chizzoti (1991, p.78), quando diz:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Dessa forma, destaco que a metodologia dessa investigação procurou responder as perguntas norteadoras a partir das reflexões sobre o trabalho que desenvolvi nas duas instituições; do diálogo sobre o surgimento do Pedagogo social e seu campo de atuação; por meio de entrevistas semi-estruturadas com a diretora da instituição Y; e com a contribuição de alguns autores da psicologia analítica, da complexidade (MORIN, 2000), do sociólogo Barbier (2002) e outros, para refletir sobre algumas possibilidades de ação transformadora do Pedagogo Social.

Portanto, no capítulo I, procuro esclarecer o motivo que me levou a pesquisar este tema de monografia e descrever de forma reflexiva como foi a minha experiência nas duas

instituições que investiguei. Para desenvolver este texto, me respaldei em autores como: Piaget (1972), Minayo (1994) e Graciani (2009).

No capítulo II, pesquisei na literatura científica como surgiu a concepção do Pedagogo Social e seus eixos de atuação. Para tanto, me utilizei de autores como: Souza Neto (2009), Silva (2009), Graciani (2009), Moura (2009), dentre outros que são referências neste assunto.

No capítulo III, refleti sobre a importância do Pedagogo Social desempenhar bem seu papel analisando-se constantemente, relacionando o trabalho do Pedagogo Social com alguns conceitos da psicologia analítica, tais como o processo de individuação, os tipos psicológicos, as quatro funções da consciência, as transferências (projeções) e a função transcendente. Também abordei a questão da resiliência (termo aproveitado da física pela psicologia). Neste texto, trabalhei principalmente com autores como Saiani (2003), Jung (1991), Morin (2000) e Barbier (2002).

No capítulo IV, o texto analisa e sugere algumas práticas para a atuação do Pedagogo Social, a partir das minhas experiências nas instituições e do estudo realizado nesta pesquisa, tais como a ludicidade e a contação de histórias.

CAPÍTULO 1 - O PEDAGOGO SOCIAL TRABALHANDO EM INSTITUIÇÕES QUE CUIDAM DE CRIANÇAS QUE SOFREM VIOLÊNCIA

No ano de 2009, fiz parte do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI) com a temática “Por uma cruzada civilizatória: Educação, assistência e proteção à infância minorizada no Rio de Janeiro de 1890 a 1940”. Trabalhei de janeiro de 2009 a dezembro do mesmo ano, seis meses como voluntária e nos meses restantes como bolsista PIBIC/UERJ. O grupo de pesquisa é coordenado pela Profª Drª Sônia Câmara que, investigava, na época, como havia sido o trabalho do médico Dr. Moncorvo Filho e como se desenvolveu essa rede de proteção à infância pelo país entre o final do século XIX e XX; pois, o mesmo, possuía uma instituição filantrópica que cuidava e acolhia crianças pobres, doentes e desvalidas. Por esse motivo, desejei conhecer instituições que atualmente cuidam de crianças que sofrem violência, abandono etc, fazendo também um trabalho sem fins lucrativos.

Dessa forma, conheci e fui trabalhar como Educadora Social voluntária em instituições que cuidam de crianças que sofrem violência em busca de conhecer como era a atuação deste profissional nas instituições. Nesta monografia não citarei os nomes das instituições, em uma delas o anonimato foi expressamente solicitado e, na outra, porque considere mais adequado para os fins deste trabalho. Por isso, elas serão denominadas Instituições X e Y.

Trabalhei na instituição X durante um ano, no período de julho de 2009 a agosto de 2010, com a carga horária de 04 horas semanais, perfazendo um total de 192 horas. Entrei para a instituição com o objetivo de pesquisar e conhecer o trabalho do Pedagogo Social que nela está inserido. A instituição X localiza-se em São Gonçalo e tem a preocupação de promover debates, palestras, seminários com temáticas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes. Essa instituição possui dois núcleos: um que investiga a acusação de violência sexual/ou doméstica; e outro que, após a confirmação da acusação sofrida, a criança faz o acompanhamento interdisciplinar. E era nesse núcleo que eu trabalhava. Durante a minha permanência na mesma, cinco Pedagogas Sociais trabalhavam na instituição, sendo uma pós-graduada em Psicopedagogia; e somando a estas educadoras sociais haviam três psicólogas e quatro assistentes sociais. A instituição X tem a preocupação também de promover debates, palestras, seminários com temáticas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes.

Observei que eu e os pedagogos que lá atuavam na época, não tínhamos orientação sobre como executar as nossas tarefas, ninguém orientava sobre o que deveríamos fazer. Os

Pedagogos Sociais apenas ficavam com as crianças no setor pedagógico, que é todo lúdico, contando histórias ou as observando desenhar livremente. A criança ficava com o Pedagogo Social aguardando ser chamada para o atendimento psicológico ou enquanto seus pais eram atendidos. Estes profissionais se diversificavam em dias e horários, e, faziam sempre parte das reuniões quando convocados, podendo opinar e dar sugestões. Na minha visão, os Pedagogos Sociais da Instituição X eram apenas parte do corpo interdisciplinar fazendo um trabalho de auxiliar.

Durante este período que lá estive, meu objetivo, desde o princípio, era procurar analisar como os Pedagogos Sociais podem contribuir com a Instituição que cuida de crianças vitimizadas pela violência com o seu trabalho lúdico e criativo no auxílio pedagógico. Por isso, sempre questionava à direção sobre minhas observações e perguntava se eram pertinentes. Como poderia contribuir mais? Era informada que deveria só fazer o trabalho lúdico e qualquer observação relevante na criança atendida no setor pedagógico, deveria anotar e comunicar à psicóloga.

Porém, uns oito meses depois do início do meu trabalho e da minha pesquisa “etnográfica”, a instituição recebeu apoio de uma multinacional; então, foi feito um concurso, onde foram admitidos alguns especialistas, dentre eles uma psicopedagoga que organizou os trabalhos dando reforço escolar, norteados os trabalhos dos pedagogos, promovendo festas para as crianças em dias comemorativos, realizando passeios pedagógicos. Os Pedagogos da Instituição X procuravam estratégias, em que as crianças através do lúdico e da literatura, pudessem sentir-se atraídas pela escola, pelo desejo de interagir socialmente, suplantando, assim, a inércia, a apatia, o retraimento, a agressividade; características tão comuns a quem sofreu algum tipo de trauma. Outro fator importante que aconteceu depois deste convênio, um grupo interdisciplinar, do qual fiz parte por duas vezes, passou a dar palestras nas escolas sobre bullying, prevenção de doenças transmissíveis e outros tipos de orientações.

1.1-A experiência com a Instituição Y

Conheci essa outra instituição através de um trabalho em equipe do curso de Pedagogia, da Faculdade de Formação de Professores, que tinha como objetivo pesquisar a inserção de crianças excepcionais em instituições. Observei, então, que esta tinha como característica cuidar de crianças que sofrem violência e associei esta instituição Y ao meu trabalho de pesquisa de monografia. Descobri que a diretora era Pedagoga, então criei um

vínculo de voluntariado com a mesma durante dez meses, no período de janeiro de 2011 a novembro do mesmo ano, sendo que ia de quinze em quinze dias para conhecer o trabalho dos Educadores Sociais.

Em entrevistas semi-estruturadas, mas de característica aberta com a diretora dessa Instituição Y, a esse grupo do curso de pedagogia, fomos informados que, desde 1986, a mesma vem desenvolvendo uma política de atendimento à comunidade local sem fins lucrativos, oferecendo apoio à criança e ao adolescente empobrecido e vitimizado. Quando perguntamos sobre o significado deste termo “empobrecido”, obtivemos a resposta que eles designam à criança empobrecida não só de bens materiais, mas sim, de afeto, atenção, respeito. Estas crianças estão abrigadas por determinação da justiça, pois os responsáveis até o julgamento não podem ter a guarda, por terem maltratado seus filhos. Esta instituição desenvolve a política de atendimento à criança e ao adolescente basicamente fundamentada no livro II, título I, capítulo I, artigo 87 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A diretora relatou também que a instituição é reconhecida como utilidade pública municipal inscrita nos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Informou ainda que a instituição é filantrópica e é uma casa lar. Nasceu na Igreja Metodista Central de Niterói, quando um Pastor disse que teve uma “visão”: a de descruzar os braços em favor das crianças em situação de risco, se perguntando: “Que cristãos somos nós?”

Segundo essa diretora, a instituição mantém duas casas que abrigam meninos e meninas em tempo integral: uma em Niterói, e outra em São Gonçalo. Em Niterói, são vinte e quatro crianças e adolescentes de seis a dezoito anos. Os meninos, quando completam quatorze anos, são encaminhados para o Centro de Convivência para Adolescentes, em São Gonçalo, que abriga somente meninos de quatorze a dezoito anos em situação de risco e de abandono familiar. Todas as crianças atendidas pelos dois projetos estudam durante o dia na rede pública de ensino.

Outro diferencial nessa casa-lar é o programa de agrupamento de irmãos, cujo objetivo é resgatar a unidade familiar. Por exemplo, a unidade de Niterói e de São Gonçalo atende quatorze irmãos, sendo que quando um deles mora no Centro de Convivência de São Gonçalo, costumam se encontrar nas festas e atividades sociais. Esta instituição que atua em Niterói tinha quatro educadores sociais (uma com curso superior), uma psicóloga, uma assistente social, uma nutricionista, além da diretora que é Pedagoga. A mesma relatou ainda

que, as crianças institucionalizadas fazem também dois tipos de atividades físicas fora da instituição: judô e natação.

1.2-O olhar dos outros especialistas sobre o Pedagogo Social que está inserido nas Instituições

Quando trabalhei como educadora social voluntária na Instituição X, pude observar que o Pedagogo Social tinha dentro do projeto uma posição não de destaque, mas de auxílio. A criança ficava no setor pedagógico, simplesmente ocupando o seu tempo enquanto esperava sua vez de ser atendido pelos psicólogos, ou enquanto aguardava os terapeutas conversarem com os responsáveis.

Surpreendi-me com o olhar dos outros profissionais sobre o Pedagogo Social, quando fui indagada por uma Assistente Social:

- Em que pode colaborar para a sua formação o fato de você passar horas brincando com as crianças? Desculpe-me, acho você muito competente para estar fazendo isso. Percebi, então, que outros profissionais não vêem muito sentido no trabalho do Pedagogo Social, ou não encontram sentido no trabalho lúdico com as crianças que sofrem violência.

Respondi:

- Não estou simplesmente brincando, estou analisando através do brincar as reações. O lúdico consegue perpassar a alma e trazer à tona o que quero descobrir, descobrir de maneira singela e natural. Crio com a criança um laço de confiabilidade e consigo extrair, assim, o que procuro, analisando cada palavra, reação e ação.

Ainda não tinha pesquisado bibliograficamente sobre o papel do lúdico para a educação social, contudo a minha prática com essas brincadeiras com as crianças foram fazendo com que eu fosse adquirindo essas concepções. Além disso, o lúdico também era utilizado pelos psicólogos que atendiam nessas instituições em uma sala denominada de ludoterapia, com o fim de descobrir se são fantasias ou não as suas queixas de abuso ou assédio sexual, principalmente aquelas que são levadas pela primeira vez. Por isso, na Instituição X, éramos orientados a observar os desenhos que as crianças produziam livremente, com o objetivo de, se notássemos algo diferente em seus desenhos como, por exemplo, a criança se auto desenhando diante da figura adulta, ou com cores fortes, escuras, etc, éramos aconselhados a mostrar ao psicólogo da instituição o desenho para que ele tirasse o seu parecer.

Além disso, quando falava que era Educadora Social, as pessoas me perguntavam se lá trabalhava como alfabetizadora. Porém, devo admitir que, se o Pedagogo Social não possui o reconhecimento que merece por parte da sociedade que muitas vezes só o vê como o alfabetizador ou aquele que só trabalha na escola, a culpabilidade, talvez, seja nossa também. Por isso, a importância de ampliarmos o nosso olhar sobre o trabalho do educador. Piaget (1972, pp.9-10) sublinha que:

A primeira constatação que se impõe quando se percorre os índices das histórias da pedagogia, é o número proporcionalmente considerável dos inovadores em pedagogia que não eram educadores profissionais. Comenius criou e dirigiu escolas, mas era teólogo e filósofo de formação. Rousseau não dava aulas e, teve filhos, sabe-se que pouco se ocupou deles. Froebel, criador dos jardins de infância e defensor de uma educação sensorial (aliás, bem insuficiente), era químico e filósofo. Entre os contemporâneos, Dewey era filósofo, Madame Montessori, Decroly, Claparède eram médicos, e os dois últimos também psicólogos. O mais ilustre talvez, dos pedagogos que não era senão educador (por sinal, muito moderno), isto é, Pestalozzi, na realidade não inventou métodos ou processos novos, a não ser o emprego da ardósia e assim mesmo por razões de economia...

Como observamos no exemplo acima, o próprio Jean Piaget, era biólogo e psicólogo. Por isso, é preciso que o Pedagogo se posicione diante de sua formação e assuma destaque, pois é competente e pode criar e fazer história dentro da sua formação, podendo atuar em várias áreas, não só exercendo seu trabalho dentro de sala de aula, mas levando sua experiência adquirida na mesma para outros setores da sociedade, como por exemplo, a Pedagogia Social que necessita desse profissional de ensino também.

Minha percepção na instituição Y foi a de que o Educador Social faz atividades educativas complementares, cuida da organização e disciplina dos internos como um inspetor, característica de casa-lar. A diferença entre Pedagogo e Educador Social foi explicada por uma assistente social: segundo suas palavras, o Pedagogo Social é um professor graduado, possui sala própria de atendimento e auxilia o Educador Social nas atividades complementares a escola das crianças institucionalizadas. Este Pedagogo também trabalha com a arte e confecção de artesanatos junto com os internos. Seu trabalho baseia-se no companheirismo e muito diálogo, proporcionando a criança sentir-se em um lar acolhedor.

1.3-Analisando o trabalho dos Pedagogos Sociais inseridos em Instituições que cuidam de crianças vítimas de violência

Pesquisei o trabalho do Pedagogo Social que atuam em instituições e são denominados também como Educadores Sociais. Observei como é diversificada a sua atuação no sentido de que depende da proposta da instituição, se ela é de formato interno ou externo, porém, as instituições que pesquisei e atuei tem o lúdico como respaldo para atuar na reconstituição da auto-estima do menor vitimizado.

As organizações não governamentais (ONGS) fazem uma conexão entre os direitos violados da criança e a responsabilidade social, pois realizam trabalho para cuidar de crianças que sofrem violência.

O Pedagogo Social que trabalha com crianças vitimizadas, trabalha todo o tempo com a subjetividade da criança, observando suas atitudes, seu comportamento, suas expressões, seus conhecimentos. Para tanto, além da necessária sensibilidade deste profissional, segundo Graciani (2009, p. 220) é imprescindível que este Pedagogo Social que trabalha nesta área do conhecimento “possua uma visão crítica e consciente das causas geradoras do processo de exclusão das crianças e adolescentes: da pauperização, da marginalização e da injustiça social.”

Na prática, o que pude observar, é que algumas vezes, o trabalho é exaustivo, pois principalmente as crianças institucionalizadas são extremamente agitadas; certa educadora social me confessou que era necessário se tranquilizar intimamente para enfrentar mais um dia de trabalho.

CAPÍTULO 11- O PEDAGOGO SOCIAL E A HISTORICIDADE DA SOCIOPEDAGOGIA

Podemos observar historicamente que, desde a Grécia clássica o pedagogo era aquele que estendia a mão e instruía o seu aluno a seguir seu caminho com segurança, onde o pedagogo era o elo entre a criança e a escola quando a conduzia pelas mãos na Paidéia, cujo termo significa “criação de meninos”. Segundo Jaeger (1995, p. 360), o pedagogo tinha importância vital na formação da criança: “A ama, a mãe, o pai, o pedagogo rivalizam na formação da criança quando lhe ensinam e lhe mostram o que é justo e injusto, belo e feio.”

Porém, o termo Pedagogia Social é de origem alemã, de acordo com os autores Loureiro e Casteleiro (2009, p.84), e foi utilizado pela primeira vez em 1844, por Karl Mager, na revista Pädagogische Revue, sendo que pretendia inicialmente caracterizar o conceito de “ajuda à juventude” isto é, ajuda educativa, profissional e cultural (CARO et al, 2004).

Contudo, Loureiro e Casteleiro (2009, p.85) consideram que o movimento da Pedagogia Social se dará apenas por volta do início do século XX:

As idéias e conceitos associados à Pedagogia Social enquanto ciência surgiram na Alemanha, num contexto claramente relacionado com as conseqüências da Revolução Industrial, assim como com a crise que se abateu na indústria bélica, na primeira metade do século XX. Surge progressivamente a idéia de que é na Educação das pessoas que poderá estar a resposta para os inúmeros problemas sociais e humanos. A partir da Alemanha difunde-se as idéias sobre essa ciência para o resto da Europa.

Neste período, de 1920 a 1933, segundo este mesmo autor, a realidade social era preocupante devido aos desempregos e a perda de familiares por conseqüência das guerras que redundou no desamparo social infanto-juvenil. Com a preocupação de dirimir o caos social que se abatia sobre os europeus, surge o Movimento Pedagógico Social, com o intuito de intervir através da ação educativa objetivando o desenvolvimento do indivíduo.

No Brasil, Silva (2009, p.180) destaca que a Educação Social foi se desenvolvendo após um período de questionamentos e movimentos sociais:

As propostas socialistas para a Educação, desde a década de 10 do século XX, o Movimento da Escola Nova, na década de 30 a ascensão do movimento operário durante os governos getulistas, a Revolução Sexual e o Movimento Hippie na década de 60, a guerrilha urbana na década de 70, a luta antimanicomial, o

movimento pelas Diretas já, no final da década de 80 e a eclosão do movimento pelos Direitos Humanos na década de 90 são manifestações que concorreram, cada uma a seu modo, para questionarmos todo e qualquer princípio de autoridade durante o Movimento Nacional Constituinte; para promulgarmos uma Constituição Cidadã em 1988.

Com esta visão de autonomia e questionamentos, o célebre Paulo Freire (1921-1997) na década de 60, propõe uma nova Pedagogia. O autor escreveu vários livros, como por exemplo, Pedagogia do Oprimido (2005), Pedagogia da Autonomia (1996), dentre outros, voltados para a problematização da educação e do social entrelaçados. Porém, outros pensadores antecederam Paulo Freire, tais como, Heinrich Pestalozzi (1746-1827), e Friedrich Froebel (1782 -1852), que tinham também essa preocupação com o social e a educação. Segundo Otto (2009, p. 31):

Historicamente, a Pedagogia Social baseia-se na crença de que é possível decisivamente influenciar circunstâncias sociais por meio da Educação. Assim, a Pedagogia Social começa com esforços em confrontar pedagogicamente aflições sociais na teoria e na prática.

Os estudiosos da Pedagogia Social a classificam como sendo uma pedagogia intervencionista e preventiva, e, portanto também podendo intervir e prevenir a violência percebida no ambiente escolar. De acordo com Caliman (2009, p. 53):

O pedagogo é um homem imerso na realidade social: percebe a realidade com a sensibilidade educativa e, premido por ela, responde às demandas emergentes. São exemplos os educadores São João Bosco, Henrique Pestalozzi, Paulo Freire: homens de convicção. Em outras palavras, é a fase da Pedagogia Social na qual o pedagogo social concorre fortemente pela recuperação da dignidade humana. Essa aproximação acentua a intervenção preventiva e de recuperação nos casos em que venha a faltar uma adequada socialização.

Dessa forma, entendemos que a Pedagogia Social foi encontrando seu espaço em meios as contestações populares e desejo de suprir as políticas públicas inexistentes para atender os vulneráveis e invisíveis da sociedade. Segundo alguns pesquisadores na área de Pedagogia Social, o Brasil ainda não incorporou esta vertente da educação como área de conhecimento no sentido de pesquisar e especializar o profissional de ensino. Analogicamente, outros países como Uruguai, Portugal e Espanha (SOUZA NETO, 2009), já incorporaram este segmento do ensino, pesquisa e trabalho em sua prática. Destacamos que, no Uruguai, Pedagogia Social é uma política pública intervencionista para crianças que estão

em risco social. No Brasil, a Educação Social se faz prioritariamente por meio da iniciativa de universidades, escolas ou organizações não governamentais (ONGs).

Neste sentido, podemos dizer que o Pedagogo Social tem o papel imprescindível de manifestar junto ao educando em situação de vulnerabilidade pessoal e social, a prevenção da violência na sua prática pedagógica. Mas, o que pode se entender como violência? Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra alguém; ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação.”

2.1- O Pedagogo Social e os eixos de atuação

A Pedagogia Social para Machado (2009, p.139), ”estruturou-se em torno de três eixos: Educação de Adultos incluindo a terceira idade, inserção e adaptação social e ação socioeducativa.”

O trabalho do Pedagogo Social é de característica interdisciplinar, pois ele atua em conjunto com outros atores sociais quer seja nos processos de ressocialização do menor infrator, como Pedagogo hospitalar, dando atenção ao idoso, na Educação de Jovens e adultos, trabalhando com deficientes em clínicas especializadas para reabilitação, orientando através de palestras nas escolas na prevenção das toxicomanias e alcoolismo etc. Também pode atuar em comunidades carentes com o seu trabalho cultural e artístico e muitos outros campos que possam cooperar com desenvolvimento social e humano.

A autora Machado (2009, p.143) destaca que a Educação social:

- É compreendida como sinônimo de correta socialização;
- Pressupõe intervenção qualificada de profissionais, a ajuda de recursos e presença de umas determinadas circunstâncias sobre um sistema social;
- Representa o conjunto de estratégias e intervenção sociocomunitárias no meio social;
- É concedida como formação social e política do indivíduo, como Educação política do cidadão;
- Atua na prevenção de desvios sociais;
- Define-se como trabalho social, entendido, programado e realizado desde a perspectiva educativa e não meramente assistencialista;
- É definida como ação educadora da sociedade.

Neste sentido, compreendemos que os eixos de atuação do Pedagogo Social são diversificados, porém em todos os âmbitos sua intervenção se fará com outras áreas afins que juntos planejem a consolidação dos objetivos pretendidos com a ação educadora.

2.2- O Pedagogo social e a identidade de Educador Social

No Brasil, o reconhecimento da titulação e do trabalho de Pedagogo Social como Educador Social é ineficaz, pois ele divide esta titulação com outros profissionais que se dedicam ao trabalho social, ficando assim, fragmentada. Portanto, para ser denominado ou classificado como Educador Social, não precisa ser professor e/ou Pedagogo, pode ser um mestre de capoeira, um artesão, um médico, um assistente social, psicólogo, etc. Independe do nível de ensino ou curso que tenha realizado. Os autores do livro *Pedagogia Social*, Souza Neto, Silva e Moura (2009, p.13) fazem uma ressalva sobre a necessidade que temos de qualificar este Educador Social que temos no Brasil:

A preferência pelo modelo das habilitações e não da especialização se deve ao entendimento que temos de que a especialização é adequada para as outras profissões que não a pedagogia. A sociedade em geral teria muito a ganhar se assistentes sociais, psicólogos, advogados, inclusive delegados de polícia, promotores de justiça, defensores públicos e juízes, mas também administradores públicos, oficiais militares, engenheiros e arquitetos tivessem especialização em Pedagogia Social.

Enquanto Teoria Geral da Educação Social é desejável a formação do educador social, educador popular e educador comunitário em níveis médio e técnico, a exemplo do que foi no passado o Curso de Magistério que formava professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental. É uma maneira digna de tirar da precariedade alguns milhares de brasileiros extremamente competentes em suas respectivas áreas de atuação, mas que não podem atuar profissionalmente no compartilhamento dos seus saberes por que não possuem formação pedagógica nem titulação que certifiquem a sua competência como educador.

Desta forma, qualquer profissional de áreas e conhecimentos distintos ou sem nenhuma formação, desde que trabalhe com o social é considerado Educador social. Mas para ser considerado Pedagogo social necessita ter curso superior na área de Pedagogia.

2.3- O Pedagogo Social e a LDB

Na Lei de Diretrizes e Bases-LDB (1996), no Artigo 1º, ocorre o seguinte esclarecimento:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Portanto, entendemos que, embora o termo “Pedagogia Social” não esteja inserida na LDB, a mesma pode ser compreendida como um processo formativo que acontece em diferentes espaços sociais. Machado (2002, p.2) entende a Pedagogia Social na LDB da seguinte forma: “É distinta da escola, mas é ato planejado, intencional e apresenta organização específica. Tal espaço está presente na LDB de 1996 que amplia a concepção de educação incluindo novos agentes e espaços educativos.”

Além disso, apesar do trabalho do Pedagogo Social não possuir práticas avaliativas, não deve ser desqualificada em seu valor educacional, pois a Pedagogia Social possui historicidade com dimensões sociais, políticas e culturais.

Segundo Souza Neto, Silva e Moura (2009, p.11), do livro Pedagogia Social: Entendemos que tanto a Constituição Federal quanto a LDB, nos seus demais artigos, reduzem o conceito inicial de Educação a ‘ensino’ (Art.206) e ‘Educação escolar’ (§ 1º do Artigo 1º), limitando sua oferta à suposta capacidade de financiamento do Estado brasileiro.

Dessa forma concluímos que, o trabalho do Pedagogo Social está implícito na LDB como fazendo parte de uma Educação que está inserida nos movimentos sociais e que está imbuído de intenções que possam promover e fomentar o ensino fora das instituições escolares regulares.

CAPÍTULO III- O PEDAGOGO SOCIAL E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A etimologia da palavra educação vem do latim educare. Educar é moldar segundo princípios adquiridos; é transmitir esses princípios de forma a afetar o outro, e transformá-lo. Porém, para que ocorra essa transformação, é necessário que haja um prévio conhecimento do indivíduo sobre o qual o Pedagogo Social irá atuar. Loureiro e Casteleiro (2009, p.85) sublinham que:

A Pedagogia Social implica um conhecimento do indivíduo para melhor poder atuar sobre ele, quer numa situação normalizada, quer numa situação de conflito ou de necessidade. A socialização de um indivíduo é efetuada em contextos diversificados e não apenas na escola, pelo o que a educação social pode ser efetuada em todos os contextos onde se desenvolve a vida do ser humano. O objetivo primordial é o de contribuir para a integração social do indivíduo estimulando a capacidade crítica, para que consiga melhorar e transformar o meio social em que vive.

Por integração social entendemos que o indivíduo que está à margem da sociedade, necessita integrar-se, socializar-se. Ainda segundo esses autores, os objetivos da Educação Social correspondem à integração e convivência entre os membros de uma comunidade, família ou centro escolar.

Dessa forma, observamos que o Pedagogo Social tem interesse em contribuir com o desenvolvimento daqueles que estão ao seu lado. Por isto, este trabalho analisou que para isso ocorrer, este profissional deve estar preocupado com o seu próprio desenvolvimento e transformação também. Martin Luther King, um ativista político e pastor protestante que defendeu a causa dos negros estadunidenses, disse a célebre frase: “Não posso nunca ser o que deveria ser até você ser o que deveria ser e você não pode nunca ser o que deveria ser até que eu seja o que devo ser”. Ou seja, seria um paradoxo ter a pretensão de se estar contribuindo com a mudança de outrem, quando a minha mudança, ou a busca de transformação, notoriamente, não acontece. Pois somos seres em constante transformação, segundo a concepção da psicologia analítica, uma das bases teóricas deste trabalho.

3.1-A importância do Pedagogo Social transformar-se para transformar

Nesta parte, foram desenvolvidas reflexões sobre como a psicologia analítica nos ajuda a compreender a atuação do Pedagogo Social. A psicologia analítica foi fundada por Carl Gustav Jung (1875-1961) que como psiquiatra, contribuiu para a compreensão da psique humana. Esta psicologia é uma vertente da psicanálise criada por Freud, o qual, ao separar-se deste teórico por discordar em alguns aspectos, confere, então, uma nova visão à estrutura psíquica. Como psicólogo e psiquiatra, Jung buscava compreender as ocorrências interiores, percebendo polaridades e ao mesmo tempo a busca de integração da psique. Segundo Medinocoff (2008, p.14):

Carl Gustav Jung, psiquiatra suíço, foi fundador de uma nova abordagem dentro da psicologia por incorporar novos conceitos à psicanálise de Freud. Para diferenciar as duas práticas, à sua filosofia de trabalho ele deu o nome de psicologia analítica. Por meio dela, conferiu uma nova visão ao desenvolvimento humano e à estrutura psíquica. (...) A abrangência da psicologia analítica marca o que muitos denominam “contradições”. Jung via polaridades refletidas em tudo; não conhecia a unilateralidade, e tal caráter permeia toda a sua vida e obra (...)

Um dos principais conceitos dessa teoria foi o de processo de individuação. De acordo com Gasparello (2006, p.8):

É importante destacar que o processo de individuação, como o próprio termo sugere, não é um processo que tem um ponto final e/ou “perfeito”, porém se constitui em um movimento constante de integração e transformação. Nesta perspectiva, não tem sentido tentar compreender o processo de desenvolvimento do ser humano apenas no período da infância ou da juventude, pois este se constitui como um processo constante. É necessário considerar que o aluno e/ou professor adulto não se encontra formado, mas em processo de formação também.

Precisamos estar cientes de que estamos neste processo constante de individuação, de crescimento psíquico. O Pedagogo Social, que é um professor, necessita se individuar, se conhecer, se transformar, para transformar o outro. Neste sentido, da conscientização de saber que este é o trabalho que ele realmente deseja exercer, sentir-se confortável nele. O trabalho do Pedagogo Social, não pode transmitir insegurança, insatisfação, pois ele está lidando com pessoas, e no caso, crianças vitimizadas e fragilizadas emocionalmente. Para Jung (2002) o professor não é um mero transmissor de conhecimentos, ele educa pelo exemplo, e a criança o imita. Segundo Saiani (2003, p.14):

Conforme a criança vai amadurecendo, essa capacidade de imitar quer um instrutor, quer os colegas, desempenha papel fundamental na aquisição de determinadas habilidades como esqui e desenhar. Além do mais, a imitação faz com que o aprendiz centre sua atenção tanto no processo original que observa quanto nas suas tentativas de reproduzi-lo.

Dessa forma, devemos procurar observar que tipo de modelo estamos produzindo para o educando. Saiani (2003, p.106) chamou a atenção de “que a vivência de aprender e ensinar é arquetípica, de modo que não são simplesmente conteúdos pessoais que são projetados no professor”. Entendemos assim, que possuímos os arquétipos de outros mestres que passaram por nossas vidas aos quais nos assemelhamos em atitudes e na forma de lecionarmos, ou ao contrário, modelos que negamos.

Respaldo na psicologia analítica, podemos dizer ainda que o Pedagogo Social, assim como todo ser humano, utiliza o arquétipo máscara ou *persona*. A máscara social está ligada ao disfarce por trás do qual o indivíduo praticamente se anula em nome do coletivo (SAIANI, 2003). Por exemplo, muitas vezes quando o profissional está com um problema pessoal, ele “disfarça que está tudo bem” no seu ambiente de trabalho. Ele utiliza uma máscara para atuar no coletivo. Contudo, talvez seja importante que o Pedagogo Social esteja bastante consciente quando estiver se utilizando de máscaras sociais, pois para as crianças vitimizadas o contato humano mais verdadeiro seja ainda mais fundamental do que para qualquer outro, na medida em que elas mesma possam estar utilizando muitas máscaras neste momento em especial.

Outro arquétipo estudado por essa teoria, o da sombra, se apresenta no indivíduo como sendo algo do qual não queremos mostrar aos outros, por isso, o temos escondido em nós. Por que ter medo da mudança? O que está escondido na sombra? Sombra esta, que significa aquilo que está escondido no inconsciente. Segundo Medicoff (2008, p.74):

A sombra é o centro do inconsciente pessoal, é o núcleo do material reprimido pela consciência. Ela inclui tendências, desejos, memórias e experiências rejeitadas pela pessoa por ser incompatível com a *persona*, e contrária aos padrões e ideais sociais. Quanto mais forte a *persona*, e quanto mais houver identificação com ela, mais negamos partes de nós mesmos, e as reprimimos da consciência.

Porém, muitas vezes, por medo de mudarmos ou por motivo de timidez, escondemos na sombra aquilo de positivo que há em nós. As qualidades que não queremos nos aperceber, ou, não queremos que os outros descubram em nós, como algum talento para exercermos alguma função diferente daquela que estamos rotineiramente acostumados a fazer e que poderia até mesmo contribuir com nosso aperfeiçoamento profissional. Conforme afirma Gasparello (2009, p.68):

(...) as sombras também devem ser percebidas no seu aspecto positivo, ou seja, quando não estamos conscientes das nossas qualidades, dos nossos talentos, da nossa coragem, força, determinação, bondade, criatividade, enfim, da beleza que existe em nós e que pode estar mais perceptível quando observamos cuidadosamente a nossa trajetória.

O processo de individuação está relacionado também com a conscientização das nossas sombras, sejam elas positivas e/ou que dificultem a nossa relação com os outros, como o autoritarismo, a inveja, etc. E então, nos questionamos, como um Pedagogo Social pode ajudar os outros se não estiver atento aos modelos de mestre que tem internalizado, as suas máscaras sociais e as sombras também?

A necessidade de mudar se faz preeminente sempre. Somos seres em constante transformação, estamos aprendendo todos os dias com nossos erros, acertos, observando o outro, adquirindo conhecimento, ou seja, não estamos estagnados na vida. Quando observamos a natureza, sempre em desenvolvimento, crescimento e transformação, precisamos refletir; em que aspectos ou áreas da minha vida eu preciso mudar, amadurecer, crescer? O ser humano que não faz este introspecto, não é um ser humano que aprendeu a exercer a auto-criticidade, tão necessária ao nosso amadurecimento, quer seja no aspecto pessoal ou como profissional.

3.2- Toda autotransformação do Pedagogo Social, exige um autoconhecimento

O sábio filósofo Sócrates disse a seguinte frase “conhece-te a ti mesmo”, ou seja, é necessário que se faça reflexões sobre si mesmo, partindo das premissas: Por que não gosto de mudanças? Do que tenho medo? A partir desses questionamentos, avalio prós e contras, ganhos e perdas; objetivo, então, melhorias no relacionamento interpessoal e intrapessoal, que é a base de bons relacionamentos. Quando conheço minhas potencialidades, habilidades, dificuldades, procuro encontrar o equilíbrio, o que desejo realmente para mim, quem eu sou na verdade, quem desejo ser, onde pretendo chegar, ou seja, é a regulação da própria vida. Nesta busca, estou procurando encontrar a minha individuação, o eu mesmo, ou seja, o meu *self*. Segundo Medicoff (2008, pp.44-45)

O *self* é o centro regulador de todos os recursos internos, tanto conscientes quanto inconscientes, assim como o Ego é centro da consciência. A esse processo de evolução, que leva a um maior desenvolvimento da personalidade, Jung deu o nome de processo de individuação: uma pessoa, na visão de Jung já é um todo,

composto de partes fragmentadas que deverão se unir pela experiência e pelo aprendizado.

Portanto, compreende-se que a partir do momento que o ser encontra-se consigo mesmo, ele define onde, quando e como deseja alcançar seus objetivos, ou seja, ele tem propósitos, sonhos, metas. Ele não vive por viver, mediocrementemente, ele proporciona, no caso do Pedagogo Social especificamente, possibilidades de usufruir de projetos, realizações e aquisições. O educador tem a consciência que ele é um ser individual e ao mesmo tempo é afetado pelo coletivo. Saiani (2003, p.75) se expressa com propriedade quando afirma que:

No centro de individuação, o ego e o self interagem. O ego vai alargando os seus limites, conquistando novos territórios, mas o self vai lhe apresentando novos desafios. Tais desafios aparecem como sonhos, sintomas ou mesmo acontecimentos. São eles que apontam para o ego em que sentido o indivíduo é único. Tal unicidade não deve afastá-lo de seus semelhantes. Individuação não significa individualismo.

Neste sentido entendemos que, a formação de um indivíduo é perpassada pelos acontecimentos pessoais e coletivos, que de certa forma o afetam. Embora a formação seja muito pessoal e singular, pois cada um de nós tem uma maneira de enxergar a vida pelo seu próprio foco a partir de um mesmo acontecimento, somos seres sociais. Da mesma forma, a aprendizagem, cada um aprende e apreende da sua maneira, desse modo, as opiniões são diversas sobre um mesmo assunto, somos seres individuais. Contudo, quanto mais individuados, mais atuantes na sociedade poderemos ser. A revista “Jung pensa a Educação” traz um texto de Motta (2008, p. 6) que pode ser útil neste momento:

Jung afirmava que os fatos exteriores tinham pouca importância para ele. Em sua autobiografia *Memórias, sonhos e reflexões*, escrita em seus últimos anos de vida, disse: “Só posso compreender-me através das ocorrências interiores. São aquelas que constituem a particularidade da minha vida e é delas que trata a minha autobiografia”. Não que Jung ignorasse quanto o processo de desenvolvimento de uma pessoa se dá em estreita relação com o meio em que vive. Um dos principais conceitos de sua obra reafirma exatamente esse aspecto. A individuação é um processo de desenvolvimento da personalidade individual que só pode ser bem sucedido quando se leva em conta o tempo e o lugar onde se vive.

Com isso, Jung quis dizer que somos um todo, e, um todo fragmentado, contribuído por outros através de ações e reações que complementam nossa existência e, que às vezes nos encontramos reproduzindo arquétipos (contribuições de outros mestres em nossa personalidade, que nos influenciam) na nossa formação educativa.

Podemos acrescentar que essa formação educativa se estende ao educar o pensamento, as palavras e a escuta, e por que não dizer com completude, todo o nosso sensorial? Quando educo meu pensamento, procuro não fazer juízo de valor sobre o outro, não menosprezo meu interlocutor e procuro me despir de todo preconceito; quando educo minhas palavras elas precisam ser responsivas, afetuosas e conscientes; a minha escuta precisa ser sensível (BARBIER, 2002) e empática. Incluo o sensorial, pois, com ele sentimos o mundo e as pessoas. Jung (1984, p.288) diz que o “intelecto só contém o que passou pelos sentidos”. Este autor afirma que:

Nós vemos, ouvimos, apalpamos e cheiramos o mundo, e assim temos consciência do mundo. Estas percepções sensoriais nos dizem que algo existe fora de nós. Mas elas não nos dizem o que isto seja em si. Isto é tarefa, não do processo de percepção, mas do processo de apercepção. Este último tem uma estrutura altamente complexa. Não que as percepções sensoriais sejam algo simples; mas sua natureza complexa é menos psíquica do que fisiológica. A complexidade da apercepção, pelo contrário, é psíquica. Podemos identificar nela a cooperação de diversos processos psíquicos. Suponhamos ouvir um ruído cuja natureza nos pareça desconhecida. Depois de algum tempo, percebemos claramente que o ruído peculiar deve provir das bolhas de ar que sobem pela tubulação da central de aquecimento. Isto nos permite reconhecer o ruído. Este reconhecimento deriva de um processo que denominamos de pensamento. É o pensamento que nos diz o que a coisa é em si. (JUNG, 1984, p. 288)

Dessa forma, antes de mencionarmos qualquer palavra, devemos observar como está a construção do nosso pensamento (entendimento) sobre o que estamos ouvindo do outro, como estamos processando as informações e como devemos transmiti-la. O Pedagogo Social precisa dosar o que diz, pois, ele tem a possibilidade de transformar o outro através das palavras e das ações. E a compreensão é uma ferramenta que nos auxilia nessa tarefa. Segundo Morin (2000, p. 100):

A ética da compreensão pede que se argumente e que se refute em vez de excomungar e anatemizar. Encerrar na noção de traidor o que decorre da inteligibilidade mais ampla impede que se reconheçam o erro, os desvios, as ideologias, as derivas.

É comum nós, seres humanos, fazermos juízo de valor, porém, este não pode se enquadrar no trabalho do Pedagogo Social, pois este atua com a compreensão e a empatia, na conversa e na argumentação. E esta, deve ser feita de maneira desinteressada, respeitando o limite do outro, até que ponto ele deseja falar sobre aquilo que o machuca ou não. Muitas vezes, ele vai se expressar de outras formas. Cabe ao Pedagogo Social saber entender este momento de “silêncio” também. Morin

(2000, p.99) diz que “a ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado.” Dessa forma, entendemos que a compreensão é a capacidade de entender sem julgamentos, sem acusação; colocando-se no lugar do outro.

3.3- O Pedagogo Social conhecendo os diferentes tipos psicológicos

Jung (1991), em seu livro “Tipos Psicológicos”, explica que o indivíduo pode ser classificado em dois tipos: extrovertido e introvertido, de acordo com as atitudes que ele apresenta. Por isso, nesta parte, procuro analisar e relacionar alguns tipos psicológicos com as possíveis reações comportamentais de algumas crianças vitimizadas.

De acordo com Jung (1991, p.489): “Assim como os cristais apresentam leis fundamentais relativamente simples, também as atitudes mostram certas peculiaridades básicas que se remetem a grupos bem determinados”. Desse modo, não se trata de estigmatizar ou rotular esse ou aquele aluno pelo seu comportamento ou atitude, mas quando o Pedagogo Social reconhece os tipos psicológicos de seus educandos, talvez seu trabalho seja facilitado. Jung (1991, p. 509), explica que: “A tipologia psicológica não tem a finalidade, em si bastante inútil, de dividir as pessoas em categorias, mas significa antes uma psicologia crítica que possibilite uma investigação e ordenação metódicas dos materiais empíricos relacionados à psique”. Ou seja, somos seres únicos que reagimos de forma desigual quando somos confrontados ou estamos enfrentando desafios pertinentes ao nosso cotidiano, uns se retraem em seu mundo, outros podem “explodir” quando confrontados.

Por isso, Jung (1991) diz que o indivíduo possui atitudes distintas que caracterizam tipos psicológicos como, por exemplo, extroversão e a introversão. Destes tipos psicológicos, cada pessoa possui um que é mais predominante ou característico no jeito da pessoa ser e agir que, associados às características individuais das funções consciência (pensamento, sentimento, intuição e sensação), fazem com que o sujeito demonstre uma atitude característica à sua personalidade.

Desde pequenos demonstramos tais tendências, a criança, por exemplo, procura seu próprio espaço no mundo e vai aos poucos se individuando, pois nós estamos em constante transformação. Como Jung (1978, p.49) define: “Individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por ‘individualidade’ entendemos a nossa singularidade mais íntima,

última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio si mesmo”.

Por isso, Jung (1991, p.318) fala que:

O fato de crianças já apresentarem atitudes típicas bem definidas nos primeiros anos de vida leva-nos a supor que não é a luta pela existência, conforme geralmente entendida, que força uma determinada atitude. Poderíamos objetar, e com razões ponderáveis, que também a criança pequena e até o lactente têm que realizar um trabalho psicológico de adaptação, de natureza inconsciente, porque a peculiaridade das influências maternas acarretaria reações específicas da criança.

O sujeito que é um tipo psicológico extrovertido, tem a liberação da libido (energia psíquica) voltada para o objeto, sua atração é para as ocorrências exteriores e o tipo introvertido, operacionaliza ao contrário. Porém, mesmo que o sujeito manifeste tendências mais para um tipo do que para outro, todos temos momentos de introversão ou de extroversão. Jung (1991, p.335) faz a seguinte observação sobre o indivíduo que apresenta atitudes extrovertidas:

O pensar do tipo extrovertido é positivo, isto é, ele cria. Ele conduz a novos fatos ou a concepções gerais de materiais empíricos disparatados. Seu julgamento é em geral, sintético. Mesmo quando analisa, constrói; sempre passa por sobre a decomposição para uma nova composição, para outra concepção que reúne o material analisado de outra forma ou lhe acrescenta algo mais.

O tipo introvertido tem a libido, a energia psíquica, voltada para dentro de si. O objeto tem valor secundário. Para Jung (1991, p.354):

A consciência introvertida vê as condições externas, mas escolhe as determinantes subjetivas como decisivas. Por isso, este tipo se orienta por aquele fator de percepção e conhecimento representativo da disposição subjetiva que acolhe a excitação sensorial.

Segundo minhas observações no trabalho desenvolvido nas Instituições, a criança que é do tipo introvertido, analisa mais o ocorrido, fica mais tempo reflexiva sobre as suas atitudes e as dos outros, se retrai e não gosta de conversar sobre o assunto que lhe incomoda. Ela tende a se recolher ao seu mundo interior, demorando mais tempo para voltar a interagir com o mundo externo quando sofre algum tipo de agressão.

E para explicar melhor as quatro funções da consciência, utilizo o texto on-line²

² O endereço eletrônico do texto é: <http://www.cgjungpage.org>, acessado em 06 de novembro de 2011 às 10:00h.

“Tipologia Junguiana Correlações entre a função inferior e o sintoma corpóreo” que diz:

Na tipologia junguiana existem quatro funções de orientação do ego. A sensação, é a função da percepção do real e nos diz que algo existe; o pensamento, é a função racional que nos diz o que esse algo significa estabelecendo uma ordem lógica; o sentimento, nos dá a importância desse algo e estabelece de forma racional a hierarquia de valor; a intuição é a função perceptiva que nos diz a ordem temporal de onde vem e para onde vai esse algo e quais as suas possibilidades. Enquanto a sensação é a função perceptiva do concreto e objetivo, a intuição é a percepção subjetiva do objeto que capta suas possibilidades futuras.

Percebemos assim, através da visão de Jung (1981, p.8) que o pensamento “exprime o que uma coisa é. Dá nome a essa coisa e junta-lhe um conceito, pois pensar é perceber é julgar”. O mesmo autor sublinha que o sentimento: “nos informa, através de percepções que lhe são inerentes, acerca do valor das coisas. É ele que nos diz, por exemplo, se uma coisa é aceitável, se ela nos agrada ou não.” Jung (1981, p.9) afirma que a sensação “diz que alguma coisa é; o pensamento exprime o que ela é; o sentimento exprime-lhe o valor. O que mais, então, poderia existir? Pode-se acreditar que a visão do mundo se complete ao saber que as coisas são o que são e qual o valor a elas atribuídos.” Quanto à função intuição, o autor afirma que é algo que se antevê.

Para Jung, das quatro funções da consciência (percepção, sentimento, sensação e intuição) que o indivíduo possui, existirá a predominância de uma delas. Na minha percepção, o Pedagogo Social se utiliza mais das funções sentimento e intuição. Com a função sentimento, ele procura compreender o que se passa no interior dos seus educandos, e, a partir dessa compreensão, ele fará seu trabalho usando a intuição para alcançar a criança, quando esta não deseja interagir, se será com jogos lúdicos, desenhos, brincadeiras, ele procurará despertar o interesse da criança.

No entanto, todas as funções são importantes no trabalho do Pedagogo Social. Por exemplo, com a função pensamento, ele irá refletir sobre as situações-problema que surgirem; e com a função sensação, ele terá oportunidade de ter uma aproximação corporal com a criança vitimizada, de dar aconchego, carinho.

3.4-O Pedagogo Social estimulando a resiliência e a função transcendente auxiliando a criança vitimizada através da arte

Guédeney (2002, p.503-504) explica que a física conceitua como resiliência a capacidade que um material tem de sofrer tensões e voltar ao seu estado anterior, voltar ao estado normal. As ciências humanas apropriaram-se deste termo para analogicamente definir como um estado de superação que um ser humano possui após experimentar diversidades e interpeles da vida. O indivíduo resiliente consegue voltar a agir cognitivamente saudável como antes. O cérebro humano tem plasticidade, por isso, se o indivíduo passou por adversidades, poderá ter sua resiliência ativada, se conseguir apoio ou auxílio que o faça superar e dar ressignificado à sua vida. No caso da criança, a mesma conseguirá olhar a vida de maneira positiva e esperançosa.

Uma instrução muito importante que é passada para nós educadores sociais pelos diretores das instituições, é a necessidade imprescindível de se trabalhar os sonhos e a esperança da criança vitimizada. A pessoa que não sonha e não tem mais esperança, um lenitivo, a sua vida praticamente estagnou-se, é como se o horizonte ou o amanhã não mais existisse, então, ela pensa: Pra que viver? Aliado a esta reconstrução do sentido da vida e de visão de mundo, está a chamada função Transcendente, da psicologia analítica. Ou seja, aquilo que transcende, que ainda não é conhecido e precisa ser “buscado” no inconsciente. Para Jung (1984, p.132):

A consciência é um processo momentâneo de adaptação, ao passo que o inconsciente contém não só todo o material esquecido do passado individual, mas todos os traços funcionais herdados que constituem a estrutura do espírito humano e o inconsciente contém todas as combinações da fantasia que ainda não ultrapassaram a intensidade liminar e, com o correr do tempo e em circunstâncias favoráveis, entrarão no campo luminoso da consciência.

Jung (1984, p. 147) afirmou que: “O tratamento construtivo do inconsciente, isto é, a questão do seu significado e de sua finalidade nos fornece a base para a compreensão do processo que se chama função transcendente.” Para este teórico, para produzir a função transcendente precisamos do material do inconsciente. Neste sentido, ele se utilizava dos sonhos e de trabalhos manuais que os pacientes faziam. Jung (1984, p. 168) sublinha que:

Pode-se expressar o distúrbio emocional, não intelectualmente, mas conferindo-lhe uma forma visível. Os pacientes que tenham talento para a pintura ou o desenho podem expressar seus afetos por meio de imagens. Importa menos uma descrição

tecnicamente ou esteticamente satisfatória, do que deixar campo livre à fantasia, e que tudo se faça ao melhor modo possível. Aqui também se tem um produto que foi influenciado tanto pela consciência como pelo inconsciente, produto que corporifica o anseio de luz, por parte do inconsciente, e de substância, por parte da consciência.

Desse modo, vão ocorrer projeções (transferências) relacionadas a reações emocionais do educando dirigidas ao Pedagogo Social e este, respaldado num trabalho lúdico com artes, poderá favorecer um equilíbrio entre o que está consciente e o que é inconsciente no educando sobre o que o está afligindo. Schmidt (1969, p. 120) explica que:

A criança desenha aquilo que sente: receios ou desejos, o que ela gosta ou desgosta, aquilo que a impressiona. Suas produções são como que um desabafo, uma confidência, uma tradução direta do seu psiquismo. Esta expansão traz-lhe imenso alívio. Acrescente-se a este prazer a expectativa de causar admiração e surpresa, e, mas ainda, a satisfação do impulso criador e artístico, e compreenderemos facilmente a alegria que invade o pequeno quando pinta ou quando desenha.

Nesse sentido, as atividades lúdicas e artísticas têm por objetivo ajudar a criança a entrar em contato com o mundo imaginário e ao mesmo tempo real, e desenvolver suas habilidades de criar e relacionar-se com novos conhecimentos e consigo mesma.

Dessa forma, o lúdico pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do ser humano, seja ele de qualquer idade, auxiliando não só na aprendizagem, mas também no desenvolvimento social, pessoal e cultural, cognitivo, assim como é um grande motivador, pois a criança através do mesmo obtém prazer, e no caso dos jogos lúdicos, a criança realiza um esforço espontâneo e voluntário para atingir o objetivo do jogo. Gonçalves (1988, p. 11) destaca que:

Toda brincadeira pode ser manifestação inconsciente do modo pelo qual a criança viveu, vive ou recorda certas experiências que a perturbam. Certos jogos simbolizam “vivências internas”. Mas se não conseguimos oferecer um ambiente em que a criança possa de fato jogar e brincar, de nada vale a decifração do que está sendo simbolizado.

Dessa forma, podemos compreender que de acordo com a intencionalidade ou a proposta desenvolvida pelo Pedagogo Social, o jogo lúdico ou dramático, as brincadeiras, manifestam-se como símbolos. Para Thomaz (2009, p. 13): “O jogo dramático manifesta-se como um jogo simbólico, inscrito num universo de símbolos e convenções”. Neste sentido, Gonçalves (1988, p.19) diz que:

Acreditamos que a criança, ao brincar de faz-de-conta, está atuando num mundo fictício, que se compõe de elementos da realidade subjetiva (enquanto a criança expressa suas vivências, sentimentos) e da realidade objetiva (enquanto ela usa elementos desta realidade e os transmuta). Podemos, então, falar de outra dimensão do contínuo realidade-irrealidade: a ficção – que é a projeção da realidade subjetiva sobre a objetiva, é a recomposição desta última através de elementos originados da primeira.

Esse fazer lúdico proporciona mobilização dos esquemas mentais, pois estimula o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, favorece a aquisição de condutas cognitivas e desenvolvimento de habilidades. O pensamento negativo e depreciativo é transferido para algo positivo que lhe dá prazer. Ou seja, a arte pode atuar como uma função transcendente na vida da criança que sofreu violência.

3.5- O Pedagogo Social, a criança vítima de violência e a questão da transferência

Em psicanálise, transferência é a projeção de sentimentos (positivos ou negativos) que o paciente faz ao seu psicanalista. Saiani (2003) comenta que o paciente que precisa ser curado projeta em seu terapeuta seus anseios, sua insegurança, suas conquistas. Ainda segundo Saiani (2003, p.111), Jung se refere ao arquétipo do médico que cura:

Poderíamos dizer, sem muito exagero, que uma boa metade de cada tratamento que se aprofunda bastante consiste no auto-exame que o médico faz, pois apenas aquilo que ele pode corrigir em si mesmo pode lhe dar a esperança de corrigir também no paciente. Não há também nenhum prejuízo no fato de o paciente ajudá-lo ou mesmo humilhá-lo; é seu próprio ferimento que lhe dá a medida do seu poder de curar. Este, e nenhum outro, é o significado do mito grego do médico ferido.

A criança chega a instituição às vezes muito agitada, outras, ao contrário, apática e quieta, e o Pedagogo Social como um “médico que cura”, se dirige ao atendido e possibilita que este lhe faça a transferência do que está sentindo. Naquele momento, o Pedagogo Social sente empatia pela criança, pois, todos nós temos essa criança inserida dentro de nós e toda criança tem um adulto dentro dela. Para Jung, o adulto nunca para de crescer, pois é psicologicamente saudável manter a ignorância de uma criança dentro de si. Na visão de Saiani (2003, p.112):

O bom professor sente-se fascinado pelo arquétipo adulto instruído/criança ignorante. Um bom professor deve, por assim dizer, estimular o adulto instruído na criança, assim como deve o médico ativar o princípio interior de cura do paciente. Mas isso só pode ocorrer se o professor não perder o contato com sua própria infantilidade. Em termos práticos, isso significaria, por exemplo, que ao ensinar ele não deve perder a espontaneidade, devendo deixar-se conduzir por seus próprios interesses. Seu trabalho consiste não apenas em transmitir conhecimento, mas

também em despertar a vontade de aprender nas crianças- o que só será possível se a criança espontânea e ávida de conhecimento estiver dentro dele.

A criança atendida faz a transferência ou projeção no Pedagogo Social ou educador Social, que naquele momento é um professor que ensina e instrui, ou ainda, “um profissional que cura”. Ele também exerce a função matriarcal ou patriarcal na ausência da família no período que a criança se encontra institucionalizada. No caso da instituição Y, percebi que é oferecido regras, mas também aconchego. A educação e o ensino propiciam vivências no corpo e nas emoções, a socialização é uma nova família que se forma. Byington (2004, p. 196) lembra que:

A relação transferencial professor-aluno é o grande ninho onde os padrões arquetípicos podem ser abrigados. Os rituais comemorativos na escola, de início e término do ano letivo, nas datas e festas nacionais e, também, a elaboração dos marcos individuais como aniversários, casamentos, falecimentos e acidentes trágicos envolvendo professores e alunos, são de especial significado para a expressão do padrão matriarcal pelo grau de calor humano e de intimidade que proporcionam.

O autor Byington (2004) se expressa com propriedade ao analisar a escola como um local em que o padrão matriarcal pode estar presente devido a este aconchego que ela proporciona. Dessa forma, compreendemos que, a integração, a socialização, a empatia, a compreensão, a cordialidade, a transferência, são elementos importantes para o aprendizado. Devemos também considerar que o altruísmo, que é o oposto do egoísmo, deve ser relevante em sala de aula, pois o incentivo por parte do professor ao amor e ao afeto entre os alunos faz permear no ambiente educativo um clima de confiabilidade e respeito entre as partes, o que possibilita uma transferência positiva na educação.

No entanto, é importante ressaltar que Byinton (2004) analisou outros padrões arquetípicos atuantes no ambiente escolar, distintos do padrão matriarcal, tais como o padrão patriarcal, que estaria mais relacionado a regras; e o padrão de alteridade, que é a capacidade de buscar uma integração entre o padrão matriarcal e o patriarcal. Contudo, para os fins deste trabalho, não consideramos relevante abordá-los de forma detalhada.

3.6- O Pedagogo Social e a importância da compreensão e do escutar sensivelmente

Como temos analisado anteriormente, escutar é uma pré- disposição para o outro, é voltar-se para o outro para sentir suas palavras, o que ele diz, o que tem a informar. Segundo Larrosa (2002, p.21):

As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e que nos acontece

Quando somos capazes de externar nosso pensamento, temos a possibilidade de corporificar com palavras aquilo que nos perpassa a alma, o que verdadeiramente estamos sentindo. Por isso, nos sentimos melhor depois de abrimos o coração, quando conseguimos alcançar o outro com nossas palavras, contar nossas experiências. Para Larrosa (2002, p.21): “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Portanto, ao “desabafar”, a pessoa estará falando daquilo que lhe marcou. Pois, dentre tantos fatos que nos sucedem, há algo que nos faz refletir, nos constrange, angustia ou nos anima. E, nestes momentos, muitas vezes sentimos necessidade de compartilhar com outrem, querendo contar o sucedido. É necessário que haja, então, compreensão da necessidade que o outro tem naquele momento de falar.

No trabalho do Pedagogo Social encontramos a necessidade de exercermos a empatia, a sensibilidade, a escuta sensível (BARBIER, 2002). E, essa escuta, não precisa ser feita de forma individualizada, pois também podemos fazê-la no coletivo, como nos atendimentos que os Pedagogos Sociais fazem nas instituições. Também precisamos exercer a compreensão, pois segundo Morin (2000, p.100):

A compreensão não desculpa nem acusa: pede que se evite a condenação peremptória, irremediável, como se nós mesmos nunca tivéssemos conhecido a fraqueza nem cometido erros. Se soubermos compreender antes de condenar, estaremos no caminho da humanização das relações humanas.

Portanto, relacionar-se com o outro, envolve sensibilidade, sentimentos. Os sentimentos humanos de: dor, raiva, medo, tristeza, alegria, amor são perpassados em um diálogo, isto é, se aquele que escuta está entregue na relação dialógica. Para Jung (1991, p. 40):

O sentimento é, em primeiro lugar, um processo que se verifica entre o Eu e um dado conteúdo, processo este que concede ao conteúdo um valor determinado, no sentido de aceitação ou recusa (“agrado” ou “desagrado”), mas que também pode produzir-se isoladamente, por assim dizer, como uma “disposição”, prescindindo do momentâneo conteúdo consciente ou das momentâneas percepções... O sentir é, portanto, uma espécie de critério julgador, mas diferente do juízo intelectual, na medida em que não revela propósitos de estabelecimento de uma conexão conceptual, mas apenas um intuito de aceitação ou recusa subjetiva.

O sentimento envolve a valorização ou não do outro, a aceitação ou a recusa. Um Pedagogo Social precisa sentir o outro, valorizá-lo, respeitá-lo, ouvi-lo.

Graciani (2009, p.221) sugere alguns passos metodológicos e novas estratégias para efetivação da prática pedagógica, dentre outros, destacamos que:

- O educador social precisa desterritorializar-se e partir para o encontro com os educandos e com eles elaborar o novo projeto educativo do cotidiano da aprendizagem, em que ambos são protagonistas e atores sociais fundamentais;
- O educador, antes de falar, precisa ouvir. Transcendendo a fala, deve captar o mundo simbólico (signos, códigos), gestual (comunicação não-verbal) e mágico-lúdico do mundo infante-juvenil, pois o ato de ouvir o semelhante, os sentimentos de nossas crianças sofridas e violentadas é um ato de profunda ternura e vigor permanente;
- O educador social precisa ter consciência do momento de cada criança e de cada adolescente que vive o mistério e plenitude de seus dramas e sonhos introspectivos e a cadenciada energia dinâmica implícita na sua corporeidade e saber respeitar o momento da sua individualidade metamorfoseada florescente;
- Jamais os educadores sociais (de rua) poderão romper o espaço vital de seus educandos, violentarem sua privacidade íntima, seus momentos únicos e singulares.

Portanto, após uma conversa dialógica, devemos favorecer uma escuta sensível e a compreensão, não apenas a intelectual, mas a empática. A decisão do educando de aceitar ou rejeitar o aconselhamento será pessoal e subjetiva. Desta forma, respeitosa e atenciosa por parte do educador, ele estará ensinando pelo exemplo (SAIANI, 2003), que equivalem a mais do que mil palavras.

CAPÍTULO IV- ALGUMAS SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO INSTITUCIONAL DO PEDAGOGO SOCIAL

Quando observava o trabalho do Pedagogo Social nas duas instituições que pesquisei, percebi que o lúdico pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do ser humano, seja ele de qualquer idade, auxiliando não só na aprendizagem, mas também no desenvolvimento social, pessoal e cultural. O lúdico facilita o processo cognitivo, assim como é um grande motivador, pois a criança através do mesmo obtém prazer e realiza um esforço espontâneo e voluntário para atingir o objetivo do jogo. Esse fazer lúdico proporciona mobilização dos esquemas mentais, pois estimula o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, favorece a aquisição de condutas cognitivas e desenvolvimento de habilidades como coordenação, destreza, rapidez, força, concentração, etc.

A participação em jogos contribui para a formação de atitudes sociais, tais como respeito mútuo, cooperação, obediência às regras, senso de responsabilidade, senso de justiça, iniciativa pessoal e grupal. O jogo é o vínculo que une a vontade e o prazer durante a realização de uma atividade. O ensino utilizando meios lúdicos cria um ambiente gratificante e atraente, servindo como estímulo para o desenvolvimento integral da criança.

Pois, a ludicidade, funciona como exercício necessário e útil a vida. As brincadeiras e jogos são elementos indispensáveis para que haja uma aprendizagem com divertimento, que proporcione prazer no ato de aprender; e que facilite as práticas pedagógicas. Segundo Piaget (1972, p.156):

O jogo é um caso típico das condutas negligenciadas pela escola tradicional, dado o fato de parecerem destituídas de significado funcional. Para a pedagogia correta, é apenas um descanso ou o desgaste de um excedente de energia. Mas esta visão simplista não explica nem a importância que as crianças atribuem aos jogos e muito menos a forma constante de que se revestem os jogos infantis, simbolismo ou ficção.

Em suma, o jogo é um fator didático muito importante, é mais do que um passatempo, ele é elemento indispensável às atividades lúdicas, ajuda a construir uma práxis emancipadora e integradora, ao tornar-se um instrumento de aprendizagem que favorece a aquisição do conhecimento em perspectivas e dimensões que perpassam o desenvolvimento do educando. O lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano. Para Vygotski (1988), a brincadeira constitui fonte de desenvolvimento ao criar zonas de desenvolvimento proximal. Além disso, é uma importante

ferramenta de progresso pessoal, pois, desenvolve habilidades operatórias, desenvolvendo, assim, aptidão ou capacidade cognitiva e apreciativa específica que possibilita a compreensão e a intervenção do indivíduo nos fenômenos sociais e culturais e que o ajude a construir conexões. Mais ainda, o lúdico tem a função de naturalizar e aproximar o educador da criança.

4.1- O Pedagogo Social e a ludicidade com as crianças que sofrem violência

O cenário do setor pedagógico das instituições que trabalhei e pesquisei possui vários tipos de brinquedos, jogos educativos, fantoches, jogos de quebra-cabeça, tintas, pincéis... Todo esse material tem função didática e a de permitir um ambiente em que a criança possa identificar um mundo colorido, amigável e que transmita para ela confiabilidade.

Quando usava tais materiais com as crianças, procurava perceber até que ponto a criança estava apática, sem motivação. A minha intenção era a de conquistar sua confiança trazendo-a para o mundo colorido das tintas e das histórias. Analisava, assim, a dificuldade em construir o jogo de quebra-cabeças; a criatividade da criança; o seu desenvolvimento cognitivo se correspondia à idade cronológica, etc. Também procurava perceber, se a criança comentava muito sobre o que estava vivenciando ou se estava retraída, traumatizada. Isto porque acredito que através do brincar a criança expressa aquilo que tem dificuldade de comunicar-se por meio de palavras. Podemos observar como ela manuseia o brinquedo, como se comunica com ele, transmitindo para o educador atento e observador a forma como ela vê o mundo. Sua escolha diante de uma diversidade de brinquedos é motivada por processos de desejos íntimos, por seus problemas e ansiedade, mas também por sua alegria e criatividade.

Ou seja, no brincar a criança manifesta as suas fantasias. O dicionário crítico de análise Junguiana on-line³ analisa que: “Na concepção de Jung, são a fantasia e suas imagens que estão por trás dos sentimentos e do comportamento, sustentando-os, e não vice-versa.”

Vale ressaltar, porém, que o lúdico não é a única alternativa para a melhoria no intercâmbio ensino-aprendizagem, mas é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados por parte dos educadores interessados em promover mudanças. Através do jogo a criança libera e canaliza suas energias; tem o poder de transformar uma realidade difícil; propicia

³ O endereço eletrônico é: www.rubedo.psc.br/dicjung/verbetes/fantasias.htm acessado em 10 de outubro de 2011 às 8: 40 h..

condições de liberação da fantasia; é uma grande fonte de prazer. O jogo é, por excelência, integrador, há sempre um caráter de novidade, o que é fundamental para despertar o interesse da criança, e à medida que joga ela vai conhecendo melhor, construindo interiormente o seu mundo. Esta atividade é um dos meios propícios à construção do conhecimento e de conexão a sua função Transcendente, possibilitando a auto-expressão criativa, como vimos no tópico 3.4.

4.2-O Pedagogo Social e as leituras para com as crianças vitimizadas

Nas duas instituições X e Y, que trabalhei e pesquisei, as leituras de histórias infantis eram uma das atividades lúdicas com as quais eu e os outros Pedagogos Sociais, utilizávamos com as crianças.

Segundo Sisto (1994), em seu texto *Leitura e Oralidade*: “Quando se conta uma história, começa-se a abrir espaço para o pensamento mágico”. Parafraseando o pensamento desse renomado autor, verifica-se que o contar histórias é algo imaginário que se constrói e se corporifica através dos gestos, dos sons, das imagens que se formam em nossa mente, pois nós incorporamos do texto, transmitindo assim, aquilo que ficou impregnado dentro de nós.

Porém, existem diferenças entre os vários tipos de contadores de histórias, primeiro devemos saber o que se contar e depois como contar. Pois, um contador de histórias é um ser solidário que comungará suas experiências vivenciadas com os que as ouvem, através das pausas, dos sons, das expressões. No caso do Educador social hospitalar, Gouveia (2003, pp. 18-19) informa que:

Dos 3 aos 6 anos, as histórias devem abusar das palavras com reviravoltas frequentes na trama. A partir dos 7, valem as aventuras e fábulas mais elaboradas. Estas observações precisam ser bem adequadas quando as histórias forem contadas para crianças enfermas, em hospitais. Neste caso, os ensinamentos e os esclarecimentos proporcionados através das narrativas são da mais alta importância, como a referência aos hábitos higiênicos e alimentares, assim como a necessidade dos exames clínicos e a correta ingestão de remédios.

Outrossim, é o que contar. O contador precisa se sentir tocado pelo tema. Deve, portanto, estar apaixonado pelo mesmo. No Brasil, não existe uma formação específica na arte de contar histórias, o interessado tem que ser autodidata. Precisa ler muito, fazer muitas oficinas, ver muitos contadores, descobrir o seu estilo de contar, o gênero de histórias que lhe dá prazer. Evitar copiar o repertório que vê, buscar novas fontes, trazer outros olhares. Mas,

principalmente, usar os seus próprios recursos. Cada contador tem suas sutilezas na hora de narrar. Por isso, a mesma história pode ser contada de várias maneiras, e todas serão belas desde que haja a verdade de quem conta.

É importante observar que o contador popular pode sofrer interferência da platéia, seguindo outros rumos na hora da narração, mas, sempre haverá uma estrutura mínima respeitada por ele. Essa estrutura, juntamente com a dicção, possibilita a existência de muitas comunidades narrativas.

Devemos também estimular nossos educandos a contarem histórias que conhecem através dos livros, para que tenham orgulho delas e passem a contá-las em todos os espaços possíveis. As crianças, por exemplo, são o maior investimento desse elo, nelas devemos apostar. Somos contadores na essência, estamos durante toda a vida construindo histórias. A narrativa faz parte do dia a dia. Um olhar para dentro pode ser o estopim dessa arte em cada um de nós. A história, o lúdico, pode fazer com que a criança consiga exprimir e externar o que está vivenciando.

O mais importante é entender que a literatura, seja oral ou escrita, é para ser brincada, dividida, compartilhada. Sejam, portanto, solidários na vida e nos contos. De mãos dadas vamos atravessar o caminho onde nossas histórias se cruzam, se completam, se constroem, sejam em rodas, em sala de aula ou nas Instituições, colocando vida em tudo o que fizer. Quando estava trabalhando e pesquisando nestas instituições, perguntava para as crianças:

- E se você fosse contar essa história como você faria?
- Você se identificou com alguém da história? Com quem? Por quê?
- Desenhe a história que você ouviu.

Através deste diálogo lúdico entre Pedagogo Social e educando, podia-se desenvolver uma conexão de confiabilidade e a criança confienciava algo que a constrangia. Por isso, os educadores sociais eram aconselhados a informar aos psicólogos os desenhos e as falas produzidas durante o período que a criança estava no setor pedagógico.

Um dos vários exemplos que destaco foi o caso de um menino de 3 anos, que aqui terá o nome fictício de “Manoel”, que estava sendo acompanhado na Instituição X, pois estava demonstrando nervosismo quando chegava a hora de ir à escola, mas devido sua tenra idade não conseguia revelar o que estava acontecendo. Então, trabalhei com a criança através de um brinquedo: uma casa de dois andares com mobílias. Chamei o personagem da casinha de João. Disse ao Manoel que o personagem iria se levantar, escovar o dente, tomar banho, pois precisava ir à escola. Pedi para que ele manipulasse o boneco enquanto contava a história

do “João”. Na segunda parte da história, Manoel empurrou e sacudiu o boneco e chorando disse:

- Tia, João não pode mais ir à escola, pois o Eduardo⁴ bate muito nele.

Chamei a mãe e a psicóloga, relatei o ocorrido, e, a genitora, confirmou o nome da pessoa que não era fictício, era um menino bem maior que Manoel que o estava agredindo. A mãe, então, descartou a desconfiança da criança estar sofrendo agressões por parte de um adulto na escola. Coube à psicóloga confirmar ou não a história e investigar pormenores. O resultado, não soube, pois algum tempo depois saí da instituição e perdi o contato com a mãe.

Outro caso semelhante, foi com um casal de irmãos que não gostavam de falar com a psicóloga sobre as agressões do pai. Mas, no setor pedagógico eles desenhavam e se identificavam com as histórias que eram contadas, como por exemplo, a história do elefante e do ratinho. Todo o sucedido de relevância era passado para a psicóloga que procurava trabalhar o assunto.

Portanto, o Pedagogo Social que trabalha com crianças que sofreram ou sofrem violência, precisa estar consciente de que o lúdico é um grande laboratório que merece atenção dos pais e dos educadores, pois, através dele podem ocorrer experiências significativas, praticadas com emoção, prazer e sinceridade. Através das brincadeiras pode ocorrer a descoberta de si mesmo e do outro.

⁴ Nome meramente fictício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurei investigar e conhecer o trabalho do Pedagogo Social nas instituições que cuidam de crianças vitimizadas, a fim de descobrir os mecanismos ou estratégias de trabalho deste profissional que lida com questões tão difíceis e que exigem sensibilidade. Dessa forma observei que nestas instituições o Pedagogo Social trabalha com várias atividades lúdicas que podem contribuir para o desenvolvimento intelectual, emocional e psicológico da criança. Com isso, justifico o título desta monografia, “Refletindo sobre o Pedagogo Social e suas possibilidades de atuação transformadora.” Para esta reflexão, busquei compreender através da psicologia analítica este trabalho que possibilita transformar o outro. Para tanto, me respaldei nesta teoria, que mostra que essa ação deve primeiramente acontecer no sujeito que propõe transformar, para que isso também aconteça no objeto de sua intervenção.

Descobri que o Pedagogo Social é um ser que tem interesse em contribuir com o desenvolvimento do ser social que se encontra em situação de vulnerabilidade. Concluo que seu trabalho intervencionista não será realizado sozinho, mas necessitará ser somado a uma equipe interdisciplinar de diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, médicos, assistentes sociais, psicólogos, etc, para que se obtenha êxito.

O trabalho deste sociopedagogo pode ser realizado em instituições que cuidam de crianças vitimizadas, hospitais, na rua etc. Neste tipo de trabalho é necessária a observação do educador, pois seu trabalho deve estar embasado na pedagogia do amor, que faz com que o docente observe as atitudes da criança, quer seja por marcas de maus-tratos visíveis no corpo, ou marcas na alma, como tristeza, agressividade, apatia, desinteresse, medo de voltar para casa. Pois, as marcas visíveis no corpo inoculam os sentimentos de quem sofre a violência e deixam marcas invisíveis na alma. Para tanto, considero que, é imprescindível, conscientizar para tentar restringir essa teia de violência que muitas vezes está bem perto de nós.

Dessa forma, procurei no capítulo I abordar como foi meu trabalho voluntário e de pesquisa em duas Instituições que cuidam de crianças que sofrem e/ou foram vítimas de violência. Concluí que muitas vezes seu trabalho não é bem compreendido pelos outros especialistas da instituição nem pelos próprios professores/pedagogos. A partir dessas experiências é que desenvolvi a minha monografia.

No capítulo II, pesquisei como foi o desenvolvimento histórico da Pedagogia Social, descobrindo que embora que este termo tenha sido utilizado pela primeira vez em 1844,

apenas por volta do início do século XX, período em que a realidade social foi considerada mais preocupante, que o movimento da Pedagogia Social se tornou mais presente. Refleti ainda sobre os eixos de atuação deste profissional, percebendo que é um trabalho de caráter interdisciplinar e sócioeducativo. Porém, nesta pesquisa, também procurei chamar a atenção para os fatores subjetivos que envolvem o trabalho do Pedagogo Social.

Dessa forma, no capítulo III, refleti sobre como a psicologia analítica pode auxiliar na compreensão do trabalho deste profissional. Defendi a idéia da importância do Pedagogo Social estar consciente da sua própria transformação para transformar. Sinteticamente, podemos dizer que, para Jung a *individuação* é sinônimo de um crescimento pessoal constante em busca da singularização. E, este crescimento advém de uma necessidade de mudança, de se tornar um ser humano melhor. Neste sentido, compreendemos que esta transformação é uma questão de amadurecimento, de não ter medo de crescer, de enfrentar os desafios de conscientização das suas sombras, das máscaras sociais, dos arquétipos/modelos de mestre que internalizamos. O medo de mudanças obstaculiza as vitórias, conquistas e reconquistas. Porém, a subjetividade de cada um interfere nesse processo. Tirar das sombras o que inconscientemente queremos que esteja escondido, é questão de atitude.

Devemos nos conscientizar de que não sabemos tudo e que estamos num constante aprendizado, crescimento. Aprendemos com nossos erros, aprendemos com o outro, aprendemos a dizer não, ou o oposto, em alguns casos, deve-se aprender a dizer sim. Quando observamos o padrão arquetípico que trazemos em nós, ficam compreensíveis nossas ações e atitudes; arquétipos estes, que são inatos e ao mesmo tempo, são frutos da cultura humana, psíquica e social. Porém, quando encontramos o nosso self, ou o si mesmo, nos integramos mais. Entendemos assim, que, o self representa a totalidade da nossa psique, ele é a ordenança dos nossos sentimentos, ações e reações. Portanto, somos uma totalidade fragmentada e o self é a possibilidade de unificar esses fragmentos conscientes inconscientes. Portanto, quando estamos nos transformando, estamos unificando tudo o que há em nós para uma direção que nos individua, pois a individuação representa uma integração maior entre o consciente e o inconsciente.

O Pedagogo Social possui em seu âmbito educacional a responsabilidade de anular falhas deixadas por aqueles que vulnerabilizaram o menor ao sofrimento, condicionando-o ao descaso, ao desamor, à omissão, à violência de fatores diversos, partindo principalmente daqueles que tinham a função de protegê-lo. Para isto, este Pedagogo Social precisa estar preparado para contribuir para a transformação do educando. Então, procurei entender como o

conhecimento do processo de individuação que, é o encontrar-se a si mesmo, pode contribuir no trabalho deste profissional, que inclui o conhecimento dos tipos psicológicos dos educandos, ou seja, se é extrovertido ou introvertido, e ainda a sua atuação a partir das quatro funções da consciência (pensamento, sentimento, intuição e sensação). Este conhecimento poderá facilitar a sua intervenção.

Outros fatores importantes que chamei a atenção para o trabalho do Pedagogo Social foram: a escuta sensível (BARBIER, 2002) e a compreensão (MORIN, 2000), pois considero fundamental para este tipo de trabalho esta sensibilidade auditiva e compreensiva. Este capítulo também falou da resiliência, da transferência e da função transcendente, que não é a metafísica, mas aquela que o Pedagogo Social vai buscar no inconsciente do educando através das atividades lúdicas.

No capítulo IV, são oferecidas algumas sugestões de trabalho observadas nas instituições que pesquisei e trabalhei, as quais tinham o lúdico como respaldo, onde o Pedagogo Social mediava a criança atendida, despertando-lhe o conhecimento sobre si e o outro. Nesse sentido, minhas observações me levaram a conclusão de que o Pedagogo Social pode favorecer o desenvolvimento dos educandos, lhes proporcionado uma nova visão de vida.

Atualmente, baseada em minhas experiências nas Instituições e na minha pesquisa de monografia, venho desenvolvendo o Projeto Social Esperança, que é uma ação social de associação de voluntários que objetiva desenvolver potenciais humanos infanto-juvenis, a fim de que haja uma progressiva melhora no desempenho escolar, como também instigar o senso de responsabilidade cidadã para com a sociedade. Além disso, o projeto pretende dirimir a ociosidade de meninos e meninas de comunidade e também auxiliar aquelas que estiverem em situação de miserabilidade, através de doações de voluntários. O projeto é formado por uma equipe interdisciplinar composta de uma psicóloga, uma pedagoga social e uma assistente social. Por isso, o projeto contribui com o aprendizado e dá ocupação às crianças e adolescentes que recebem atividades educativas complementares de forma lúdica, atendimento psicológico em grupo, através de palestras de conscientização sobre si e o outro, além de palestras e informações para as famílias através da assistente social. Neste momento, no fim do ano de 2011, o projeto está sendo realizado na comunidade da Jaqueira- São Gonçalo, atendendo a quarenta e cinco meninas e meninos inscritos. Tem sido muito significativo para eu poder atuar como Pedagoga Social a partir de tudo que vivenciei e pesquisei.

REFERÊNCIAS

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, DF, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 5ªed.-São Paulo: Cortez, 2001.

GRACIANI, Maria Stela Santos. A Pedagogia Social no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua. In: **Pedagogia Social.** SOUZA NETO, João Clemente de, SILVA Roberto da, MOURA Rogério (org). Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2009.

LOUREIRO, Manuel, CASTELEIRO, Steven. A Pedagogia em Portugal. In: **Pedagogia Social.** SOUZA NETO, João Clemente de, SILVA Roberto da, MOURA Rogério (org). Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2009.

CALIMAN, Geraldo. A Pedagogia Social na Itália. In: **Pedagogia Social.** SOUZA NETO, João Clemente de, SILVA Roberto da, MOURA Rogério (org). Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2009.

OTTO, Hans- Uwe. Origens da Pedagogia Social. In: **Pedagogia Social.** SOUZA NETO, João Clemente de, SILVA Roberto da, MOURA Rogério (org). Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2009.

SOUZA NETO, João Clemente de, SILVA Roberto da, MOURA Rogério (org). Notas teóricas e metodológicas dos organizadores. In: **Pedagogia Social.** Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2009.

SILVA, Roberto da. As bases científicas da Educação- Não Formal. In: **Pedagogia Social.** SOUZA NETO, João Clemente de, SILVA Roberto da, MOURA Rogério (org). Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2009.

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação**. Tradução: Lucie Didio. Ed. Plano: Brasília, 2002 (Série Pesquisa em Educação v.3).

BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **A Construção amorosa do saber**: O fundamento e a finalidade da Pedagogia Simbólica Junguiana. São Paulo: Religare, 2004.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. In: Revista Brasileira de Educação. nº 19. Jan/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002.

GUÉDENEY A. O apego e a resiliência: teoria, clínica e política social. In: Corrêa Filho L, Corrêa MEG, França. PS. **Novos olhares sobre a gestação e a criança até os 3 anos** (pp. 503-511). Brasília: L.G.E. Editora, 2002.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ.Vozes,1994.

MEDNICOFF, Elizabeth. **Dossiê JUNG**. São Paulo: Ed. Universo dos Livros, 2008.

MACHADO, E. M. Pedagogia e a Pedagogia Social: educação não formal. In: **Pedagogia em Debate**, 2002, Curitiba. Anais. V. 1. Universidade Tuiuti do Paraná.

_____. A Pedagogia Social: Reflexões e Diálogos necessários. In: **Pedagogia social**. SOUZA NETO, SILVA, Roberto, MOURA, Rogério. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

SISTO, Celso- **In caderno de leitura/ PROLER –VOL.1**-Rio de Janeiro-1994.

VIGOSTSKI, Lev Semenovich: **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores-1934/ organizadores Michael Cole... [et AL]; tradução José Cipolla Neto , Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche.- 6ª Ed.-São Paulo : Martins Fontes, 1998- p. 115 - (Psicologia e Pedagogia).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOTTA, Arnaldo Alves. **Jung, homem e cientista:** algumas influências para a formação da psicologia analítica. In: Revista Educação - Especial Jung Pensa a Educação, São Paulo: Ed. Segmento, 2008.

GASPARELLO, Vânia Medeiros. **Os sujeitos da EJA em uma perspectiva complexa:** Trabalhando com a abordagem história de vida. In: MEDEIROS, Cecília Corrêa ET AL (orgs). *Educação de jovens e adultos na diversidade:* política e prática pedagógica. Niterói: Intertexto, 2009.

_____. **Subjetividade e formação de professores:** algumas reflexões a partir da psicologia analítica. *Revista e- curriculum.* V. 2 n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurilum>>

JUNG, C.G. **A Natureza da Psique.** Tradução de PE. Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB. Petrópolis: Vozes, 1984, capítulo VII, volume VIII/2 das obras completas.

_____. **Tipos Psicológicos.** Tradução de Lúcia Matilde Endlich Orch. Petrópolis, Vozes, 1991.

_____. **Estudos sobre Psicologia Analítica.** Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Fundamentos de Psicologia Analítica.** Petrópolis: Vozes, 1981.

SAIANI, Cláudio. **Jung e a Educação:** Uma análise da relação professor/aluno. 3ª edição- Ed. Escrituras- São Paulo, 2003.

GOUVEIA, Maria Helena. A arte de contar histórias. In: **Histórias de quem conta histórias.** São Paulo: Ed. Globo S.A, 2003.

SCHMIDT, Maria Junqueira. **Educar pela recreação.** Rio de Janeiro: Editora Livraria Agir, 1969.

GONÇALVES, Camila Salles (org). **Psicodrama Com crianças:** uma psicoterapia possível. São Paulo: Ágora, 1988.

THOMAZ, Sueli Barbosa. **Imaginário e Teatro-Educação.** Rio de Janeiro: Editora Rovellet, 2009.

Webgrafias:

Disponível em:

<http://www.rubedo.psc.br/dicjung/verbetes/fantasia.htm>

Acesso: 10 de outubro de 2011 às 8: 40 hs.

Diponível em:

<http://www.cgjungpage.org>

acesso: 06 de novembro de 2011 às 10:00hs